PEDEPES

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

DIAGNÓSTICO

TOMO II

MACRO-ECONOMIA

AMRS
Associação de Municípios da Região de Setúbal

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

– Diagnóstico Prospectivo –

Tomo II - Caracterização Macroeconómica da Península de Setúbal

SUMÁRIO

II. CARACTERIZAÇÃO MACROECONÓMICA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL 3

1. Introdução 3

2. Evolução macroeconómica da Península de Setúbal 3

2.1 Produto 3

2.2 População, Emprego e Desemprego 7

2.3 Produtividade, Inflação, Ganhos e Poder de Compra 12

2.4 Investimento, Exportações e Importações 17

3. Conclusões 22

II. CARACTERIZAÇÃO MACROECONÓMICA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

1. Introdução

Este capítulo tem por finalidade caracterizar a situação macroeconómica da NUT III Península de Setúbal (PS), utilizando para tal os dados mais recentes. Fazem-se, sempre que possível, comparações com as NUTS III Grande Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa, com a NUT II Lisboa e Vale do Tejo, com o Continente, e algumas vezes com a União Europeia.

É evidente a falta de séries relativamente longas de dados na maior parte das variáveis, a falta de fiabilidade de algumas delas, bem como o excessivo atraso na sua publicação, o que origina que a maior parte das variáveis tenha como ano terminal o ano de 1997, e não raras vezes apenas porque se aplicou uma estrutura observada em ano ou anos anteriores. Apesar de tudo isso é possível obter um retrato com contornos relativamente precisos da situação económica da Península de Setúbal, nomeadamente no confronto com as outras regiões analisadas.

As variáveis utilizadas relacionam-se com o produto, a população, o emprego e o desemprego, a produtividade, a inflação, os ganhos e o poder de compra, o investimento, as exportações e as importações. Utilizam-se em abundância figuras e quadros, e um discurso muito sintético, de maneira a facilitar a vida ao leitor.

A secção 2 constitui a parte substancial deste capítulo, que finaliza com uma secção de conclusões.

2. Evolução macroeconómica da Península de Setúbal

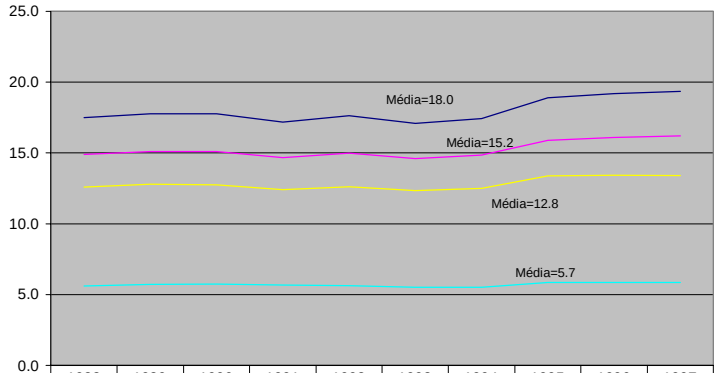
2.1 Produto

A produção gerada na Península de Setúbal (PS) no período de 1988 a 1997 representou em média 5.7% da produção do Continente, 12.8% da produção de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), 15.2% da produção da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e

18% da produção da Grande Lisboa (GL). Como se pode observar na Fig.II.1[1], se exceptuarmos os anos de 1991 a 1994, e especialmente o ano de 1993, em que a recessão económica se fez sentir particularmente na PS, parece existir a tendência para que o PIB da PS tenha um peso cada vez maior em relação às outras regiões. A implantação da Auto-Europa em Palmela não será certamente alheia a este facto.

Fig.II.1

% do PIB da Península de Setúbal em Relação a Outras Regiões



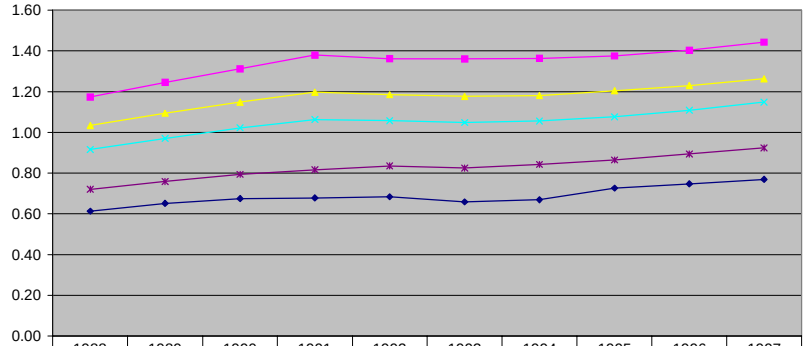
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Grande Lisboa	17.5	17.8	17.8	17.2	17.6	17.1	17.4	18.9	19.2	19.3
Área Metropolitana de Lisboa	14.9	15.1	15.1	14.6	15.0	14.6	14.8	15.9	16.1	16.2
Lisboa e Vale do Tejo	12.6	12.8	12.7	12.4	12.6	12.3	12.5	13.4	13.4	13.4
Continente	5.6	5.7	5.8	5.7	5.6	5.5	5.5	5.9	5.9	5.9

Para obtermos uma primeira aproximação no sentido de detectar se esse maior peso é traduzido numa melhoria do "bem-estar" da população da Península estuda-se de seguida a evolução do PIB per capita. As Figuras II.2 e II.3 mostram essa evolução, mas é preciso desde já advertir que, para além das já conhecidas deficiências deste indicador, no caso presente o quociente entre a produção realizada na PS e a população aí residente pode subestimar o produto per capita, devido ao número considerável de pessoas que trabalham noutras regiões, como por exemplo na cidade de Lisboa.

[1] Os dados regionais para o PIB, emprego, população residente e população activa foram construídos com base nas Contas Regionais do INE (ver Duarte e Madruga, estudo não publicado).

Fig.II.2

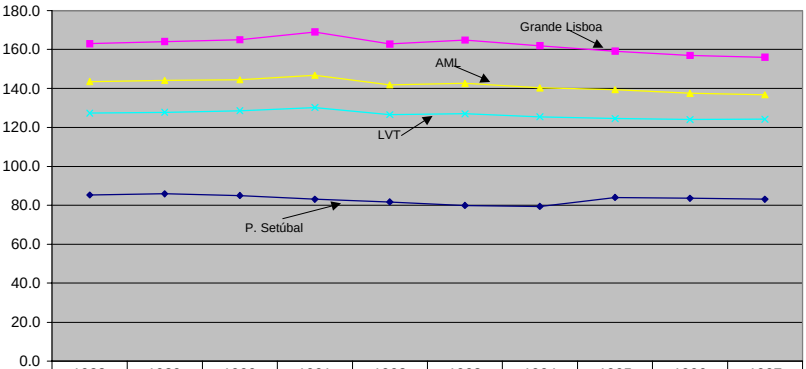
PIB per capita (preços de 1988)



	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
P. Setúbal	0.61	0.65	0.68	0.68	0.68	0.66	0.67	0.73	0.75	0.77
Grande Lisboa	1.17	1.25	1.31	1.38	1.36	1.36	1.36	1.38	1.40	1.44
AML	1.03	1.09	1.15	1.20	1.19	1.18	1.18	1.20	1.23	1.26
LVT	0.92	0.97	1.02	1.06	1.06	1.05	1.06	1.08	1.11	1.15
Continente	0.72	0.76	0.79	0.82	0.84	0.83	0.84	0.86	0.89	0.92

Fig. II.3

PIB per capita (Continente=100)



	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
P. Setúbal	85.2	85.8	85.0	83.1	81.8	79.9	79.5	84.0	83.6	83.2
Grande Lisboa	163.1	164.1	165.0	169.1	162.9	164.8	161.9	159.2	157.0	156.1
AML	143.5	144.2	144.5	146.8	141.8	142.7	140.3	139.4	137.6	136.7
LVT	127.3	127.8	128.6	130.2	126.5	127.0	125.4	124.5	124.1	124.2

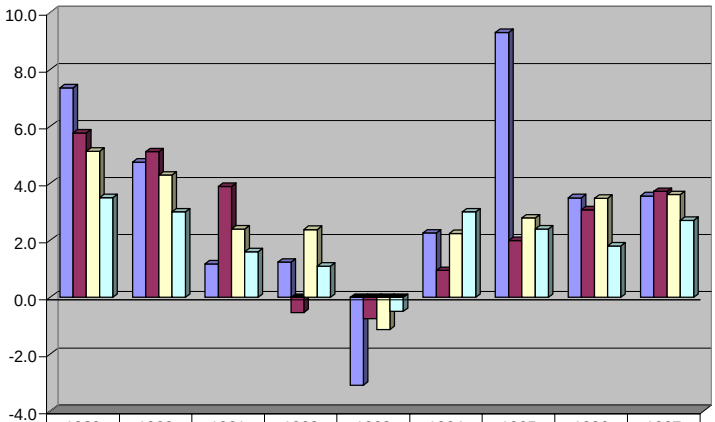
É nítida a tendência para o produto per capita subir em todas as regiões durante o período considerado, se exceptuarmos o ano de 1993. Já em relação à média do Continente, os últimos anos assistiram a uma ligeira deterioração dos valores observados para as outras regiões. De salientar que a PS se situa quase 20 pontos percentuais abaixo da média do Continente, e que o PIB per capita é quase metade do

da região da Grande Lisboa, o que não deixa de ser significativo, mesmo tendo em conta a já salientada e mais que provável subestimação deste rácio para a PS.

O crescimento do produto per capita é o resultado da dinâmica conjunta do crescimento do produto e do crescimento da população. A dinâmica de crescimento real do produto está representada nas Figuras II.4 e II.5, em que se fazem comparações do crescimento do produto na PS com a RLVT e com a média verificada na União Europeia (UE-15).

Fig. II.4

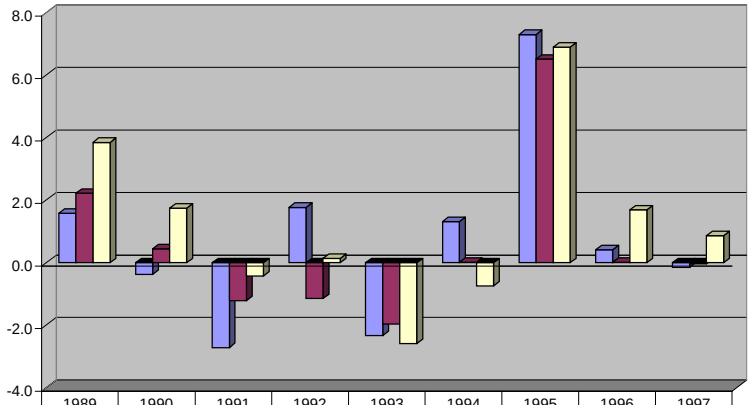
Taxas de Crescimento Real do PIB



	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Penins. Setúbal	7.4	4.7	1.2	1.2	-3.1	2.3	9.3	3.5	3.6
LVT	5.8	5.1	3.9	-0.5	-0.8	0.9	2.0	3.1	3.7
Continente	5.1	4.3	2.4	2.4	-1.1	2.2	2.8	3.5	3.6
UE	3.5	3.0	1.6	1.1	-0.5	3.0	2.4	1.8	2.7

Fig. II.5

Diferenças nas Taxas de Crescimento Real do PIB (Setúbal - Outras Regiões)



	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
LVT	1.6	-0.4	-2.7	1.8	-2.3	1.3	7.3	0.4	-0.1
Continente	2.2	0.4	-1.2	-1.1	-2.0	0.0	6.5	0.0	0.0
UE	3.9	1.7	-0.4	0.1	-2.6	-0.7	6.9	1.7	0.9

A principal conclusão a retirar é a da grande volatilidade das taxas de crescimento do PIB na PS em relação às outras regiões. Constata-se no período considerado que as taxas de crescimento na PS variam de um mínimo de -3.1% (em 1993, ano de recessão), a um máximo de 9.3% em 1995 (devido ao investimento na Auto-Europa). Em relação ao Continente é de destacar que a partir de 1991 a PS só em 1995 apresentou taxas de crescimento superiores, e que nos dois últimos anos com dados disponíveis (1996 e 1997), as taxas de crescimento foram iguais. Em relação à União Europeia a PS teve taxas de crescimento superiores nos anos mais recentes (1995-1997), mas com esse diferencial a reduzir-se substancialmente de ano para ano.

2.2 População, Emprego e Desemprego

População

Quanto à população, o quadro II.1 contém os dados estimados para a população residente, nas regiões de Portugal que temos vindo analisar.

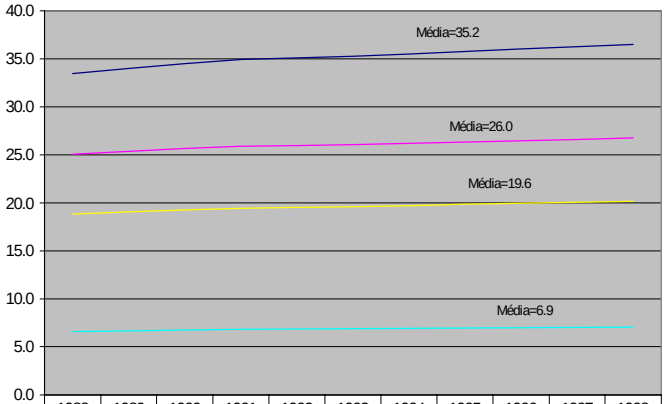
Quadro II.1 - População Residente

	Península de Setúbal	Grande Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo	Continente
1988	622 810	1 861 070	2 483 880	3 310 670	9 466 040
1989	629 600	1 852 600	2 482 200	3 306 920	9 438 900
1990	636 360	1 843 320	2 479 680	3 301 910	9 404 490
1991	641 300	1 836 920	2 478 220	3 297 930	9 379 780
1992	644 040	1 835 610	2 479 650	3 297 410	9 375 680
1993	647 390	1 836 170	2483 560	3 300 860	9 387 550
1994	652 040	1 836 270	2 488 310	3 306 230	9 406 330
1995	656 390	1 835 110	2 491 500	3 309 640	9 418 500
1996	660 350	1 833 600	2 493 950	3 311 960	9 427 720
1997	664 770	1 833 600	2 498 370	3 316 650	9 443 850
1998	669 440	1 834 720	2 504 160	3 323 150	9 464 160

A estimativa para a população residente na PS era de cerca de 669 mil habitantes em 1998, ou seja, cerca de 7% da população residente no Continente, 20% da população residente na RLVT, 27% na AML, e 37% na Grande Lisboa. A fig. II.6 mostra a evolução do peso da população residente na PS em relação às outras regiões, no período 1988-1998. É notória a tendência crescente desse peso, o que significa um maior crescimento da população na PS, facto que é notório na fig. II 7, onde também se constata que, das regiões estudadas, foi a única que nunca apresentou taxas negativas nos anos em apreço.

Fig. II.6

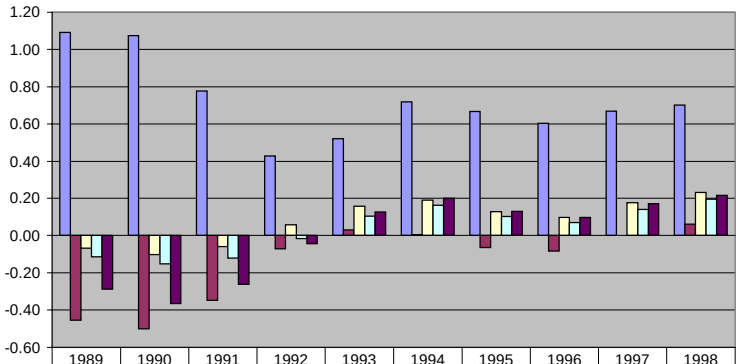
% da População Residente na Península de Setúbal em Relação a Outras Regiões



	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Grande Lisboa	33.5	34.0	34.5	34.9	35.1	35.3	35.5	35.8	36.0	36.3	36.5
Área Metropolitana de Lisboa	25.1	25.4	25.7	25.9	26.0	26.1	26.2	26.3	26.5	26.6	26.7
Lisboa e Vale do Tejo	18.8	19.0	19.3	19.4	19.5	19.6	19.7	19.8	19.9	20.0	20.1
Continente	6.6	6.7	6.8	6.8	6.9	6.9	6.9	7.0	7.0	7.0	7.1

Fig. II.7

Taxas de Crescimento da População Residente



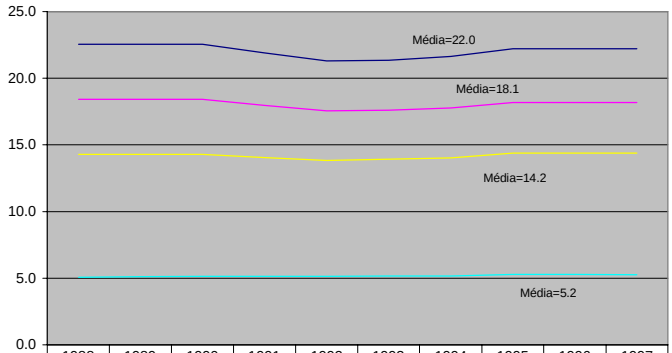
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Península de Setúbal	1.09	1.07	0.78	0.43	0.52	0.72	0.67	0.60	0.67	0.70
Grande Lisboa	-0.46	-0.50	-0.35	-0.07	0.03	0.01	-0.06	-0.08	0.00	0.06
Área Metropolitana de Lisboa	-0.07	-0.10	-0.06	0.06	0.16	0.19	0.13	0.10	0.18	0.23
Lisboa e Vale do Tejo	-0.11	-0.15	-0.12	-0.02	0.10	0.16	0.10	0.07	0.14	0.20
Continente	-0.29	-0.36	-0.26	-0.04	0.13	0.20	0.13	0.10	0.17	0.22

Emprego

Em relação ao emprego, estima-se que em 1997 estivessem 229 mil pessoas empregadas na PS, ou seja, 5.3% do emprego no Continente (14.4% do emprego na RLVT, 18.2% na AML e 22.2% na GL). A fig.II.8 mostra a evolução da percentagem do emprego total da PS em relação às outras regiões.

Fig. II.8

% do Emprego Total da Península de Setúbal em Relação a Outras Regiões



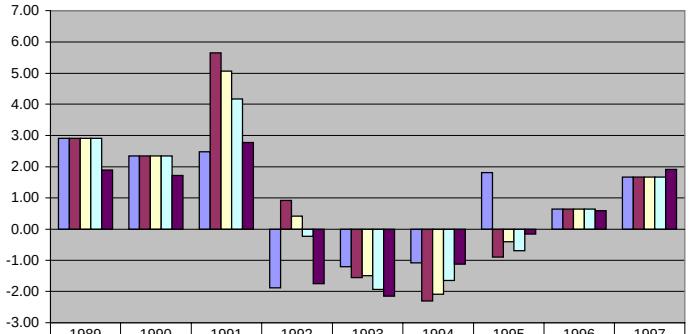
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Grande Lisboa	22.6	22.6	22.6	21.9	21.3	21.4	21.6	22.2	22.2	22.2
Área Metropolitana de Lisboa	18.4	18.4	18.4	18.0	17.5	17.6	17.8	18.2	18.2	18.2
Lisboa e Vale do Tejo	14.3	14.3	14.3	14.1	13.8	13.9	14.0	14.4	14.4	14.4
Continente	5.1	5.1	5.1	5.1	5.1	5.2	5.2	5.3	5.3	5.3

Se exceptuarmos a tendência para um ligeiro e constante aumento do peso do emprego na PS em relação ao Continente, verifica-se uma redução apreciável no período 1991-1993 em relação às outras regiões, situando-se os números relativos a 1997 muito próximos dos de 1988. Mais uma vez se nota (agora no emprego), a maior sensibilidade da PS às recessões económicas.[2] A fig. II.9 mostra a evolução das taxas de crescimento do emprego, onde se nota o brusco decréscimo no início da recessão em 1992, e o quase simétrico aumento em 1995, aquando da implantação da Auto-Europa.

[2] Note-se que as percentagens dentro das regiões delimitadas pela região de Lisboa e Vale do Tejo são supostas iguais nos períodos 1988-91 e 1995-97, pelo que a análise só é verdadeiramente informativa no período 1991-95.

Fig. II.9

Taxa de Crescimento do Emprego

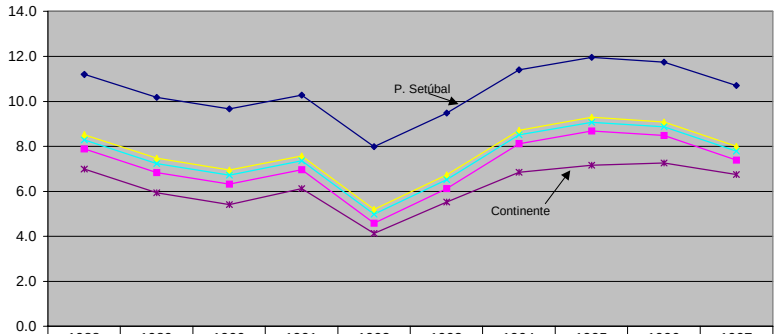


	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Península de Setúbal	2.91	2.35	2.48	-1.88	-1.20	-1.08	1.82	0.64	1.67
Grande Lisboa	2.91	2.35	5.65	0.93	-1.55	-2.30	-0.90	0.64	1.67
Área Metropolitana de Lisboa	2.91	2.35	5.06	0.42	-1.49	-2.08	-0.41	0.64	1.67
Lisboa e Vale do Tejo	2.91	2.35	4.17	-0.22	-1.93	-1.65	-0.69	0.64	1.67
Continente	1.90	1.71	2.78	-1.75	-2.15	-1.12	-0.16	0.60	1.91

Quanto à *taxa de desemprego*, ela é bastante superior na PS em relação às outras regiões (p.ex. mais cerca de 4.3 pontos percentuais em relação ao Continente, valor que se reduz para cerca de 3 pontos em relação à RLVT, ver a fig.II.10), embora a correlação existente entre elas seja por demais evidente. Em média, a taxa de desemprego na PS situou-se nos 10.5% no período considerado, com um mínimo de 8% em 1992, e um máximo de 12% em 1995. No Continente, a média situou-se nos 6.2% (com um máximo de 7.3% em 1996, e um mínimo de 4.1% em 1992), e na RLVT nos 7.5% (máximo de 9.1% em 1991, e mínimo de 5% em 1992).

Fig.II.10

Taxas de Desemprego

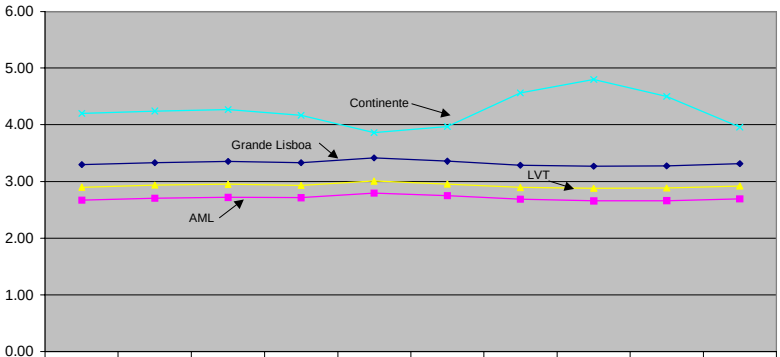


	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
P. Setúbal	11.2	10.2	9.7	10.3	8.0	9.5	11.4	12.0	11.8	10.7
Grande Lisboa	7.9	6.8	6.3	7.0	4.6	6.1	8.1	8.7	8.5	7.4
AML	8.5	7.5	7.0	7.6	5.2	6.7	8.7	9.3	9.1	8.0
LVT	8.3	7.2	6.7	7.4	5.0	6.5	8.5	9.1	8.9	7.8
Continente	7.0	5.9	5.4	6.1	4.1	5.5	6.8	7.2	7.3	6.7

A Fig.II.11 mostra a evolução dos diferenciais das taxas de desemprego da PS em relação às outras regiões.

Fig.II.11

Taxas de Desemprego (Diferencial Península de Setúbal - Outras Regiões)



	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Grande Lisboa	3.30	3.33	3.35	3.33	3.41	3.36	3.29	3.27	3.28	3.31
AML	2.67	2.70	2.72	2.71	2.80	2.75	2.69	2.66	2.66	2.69
LVT	2.90	2.94	2.95	2.93	3.01	2.96	2.89	2.88	2.88	2.92
Continente	4.20	4.24	4.27	4.17	3.86	3.97	4.56	4.80	4.50	3.96

2.3 Produtividade, Inflação, Ganhos e Poder de Compra

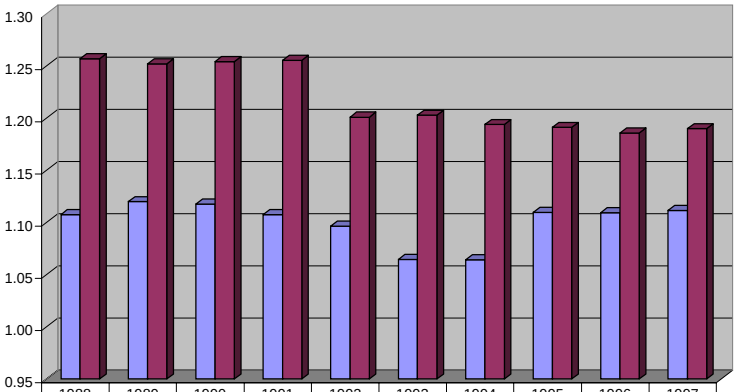
Produtividade

Para analisar a evolução da produtividade na PS utilizamos, de entre alguns indicadores possíveis, o rácio PIB/Emprego. A PS apresenta sistematicamente valores

superiores (em média 10 pontos percentuais) aos do Continente, e sistematicamente valores inferiores (também em média 12 pontos percentuais) aos da RLVT, embora em relação a esta última, e nos últimos anos do período, essa diferença se tenha reduzido para 8 pontos percentuais. A fig.II.12 representa a evolução verificada.

Fig.II.12

Índice de Produtividade (Continente=1)



	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Península de Setúbal	1.11	1.12	1.12	1.11	1.10	1.06	1.06	1.11	1.11	1.11
Lisboa e Vale do Tejo	1.26	1.25	1.25	1.26	1.20	1.20	1.19	1.19	1.19	1.19

Conjugando a conclusão agora obtida de que a produtividade na PS é superior à do Continente, com a obtida anteriormente de que o seu PIB per capita é substancialmente inferior somos levados a inferir que tal se deve a uma taxa de actividade bastante mais baixa na PS do que no Continente. De facto

$$PIB_{per\ capita} = Produtividade \times Taxa\ de\ Actividade$$

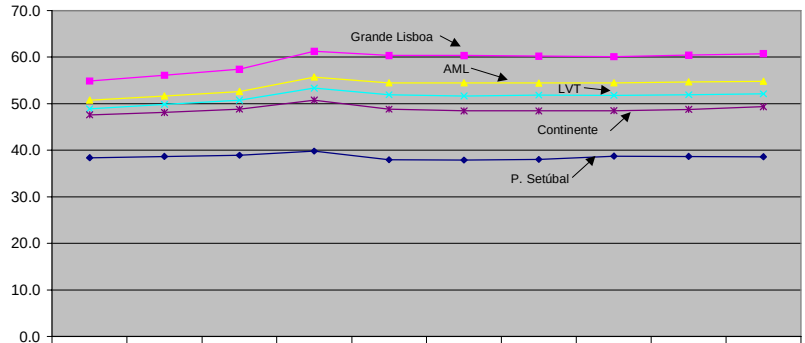
com a taxa de actividade definida como sendo a população empregue a dividir pela população residente. A fig.II.13 é uma confirmação de tal facto[3]. A taxa de actividade na PS mantém-se consistentemente abaixo das verificadas nas outras

[3] Na realidade, a taxa de actividade utilizada na Fig. II.13 é definida como sendo igual à população activa a dividir pela população residente. Embora as duas definições conduzam a números distintos, a

regiões, e em 1997 situava-se quase 11 pontos percentuais abaixo da verificada no Continente, e 13.5 pontos abaixo da observada na RLVT.

Fig.II.13

Taxas de Actividade



	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
P.Setúbal	38.4	38.6	38.9	39.8	38.0	37.9	38.0	38.7	38.7	38.6
Grande Lisboa	54.9	56.1	57.4	61.3	60.3	60.4	60.3	60.1	60.4	60.7
AML	50.8	51.7	52.7	55.7	54.5	54.5	54.4	54.5	54.7	54.8
LVT	48.9	49.8	50.8	53.3	51.9	51.7	51.9	51.8	51.9	52.1
Continente	47.6	48.1	48.9	50.7	48.8	48.4	48.5	48.5	48.8	49.4

Estes valores poderiam estar relacionados com a eventualidade da estrutura etária da população da PS poder ser substancialmente diferente da das outras regiões, nomeadamente no que respeita à população em idade activa. Tal não se verifica, como se constata do quadro II.2., onde se observa, por exemplo, que a grande diferença da PS em relação ao Continente é a menor proporção de idosos (quase menos 3 pontos percentuais), praticamente contrabalançada pela maior proporção de pessoas na faixa dos 25-64 anos.

correlação entre eles é apreciável, e neste caso suficiente para distinguir as grandes tendências.

Quadro II.2 - Estrutura Etária da População

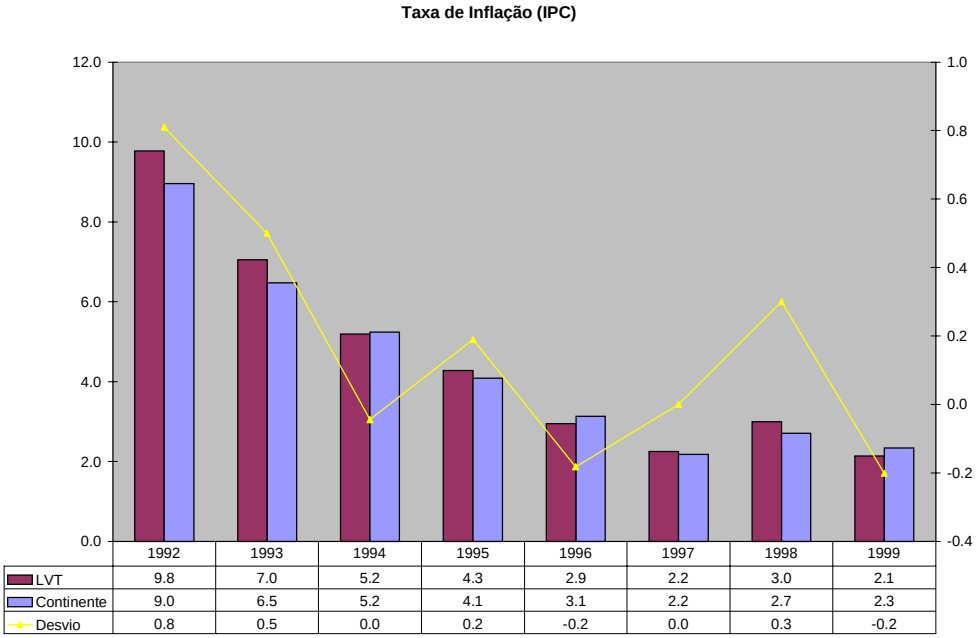
Classe etária	Península de Setúbal		Lisboa e Vale do Tejo		Continente	
	1991	**1997**	**1991**	**1997**	**1991**	**1997**
0-14	19.3	16.2	18.1	15.6	19.7	16.8
15-24	*15.8*	*15.8*	*15.5*	*14.8*	*16.3*	*15.6*
25-64	*54.0*	*55.3*	*53.2*	*54.3*	*50.3*	*52.4*
15-64	69.8	71.1	68.7	69.1	66.6	68.0
65 ou mais	10.9	12.7	13.2	15.3	13.7	15.2
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Censo de 1991 e estimativas do INE para 31-12-97

Inflação

Dado não existirem dados para a taxa de inflação na Península de Setúbal, supõe-se que esta é bem aproximada pela taxa de inflação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. A Fig. II.14 compara a taxa de inflação (medida pelo índice de preços no consumidor) na RLVT com a verificada no Continente. Como seria de esperar, ambas

Fig. II.14



Fonte: INE, IPC

estão fortemente correlacionadas, e evidenciam o esforço de desinflação verificado em Portugal, já que houve uma diminuição de cerca de 7 pontos percentuais entre os anos de 1992 e 1999. Na globalidade do período, há alguma tendência para a taxa de inflação na RLVT ser mais elevada do que no Continente, mas os anos mais recentes põem em causa esta conclusão. Por exemplo em 1999, à semelhança do que já tinha acontecido em 1996, a taxa de inflação no Continente foi mesmo superior à verificada na RLVT. De qualquer modo, com taxas de inflação da ordem dos 2%, não é de esperar grandes desvios entre regiões.

Ganhos

Em consonância com a constatação anterior de que a produtividade na PS era superior à do Continente, e inferior à da RLVT, estão os dados constantes no quadro II.3, em que se verifica que no período 1995-97, os ganhos médios mensais na Península de Setúbal e na RLVT de Lisboa eram aproximadamente 5 e 20 pontos percentuais superiores aos do Continente, respectivamente. No cap. IX, com base nos dados dos quadros de pessoal do MESS, apura-se que na Península de Setúbal, o ganho médio por hora de trabalho em 1997, situava-se cerca de 25 pontos percentuais acima do verificado no Continente. Embora os números possam divergir segundo a fonte, é robusta a conclusão de que os ganhos médios mensais são maiores na PS do que no Continente, embora significativamente inferiores à média verificada na RLVT.

Quadro II.3 - Ganhos Médios Mensais (Outubro)
Continente=100

	Out. 95	Abr. 96	Out. 96	Abr. 97	Out. 97
Lisboa e Vale do Tejo	120.7	120.7	120.3	121.3	120.6
Península de Setúbal	105.9	105.2	107.3	109.6	104.7

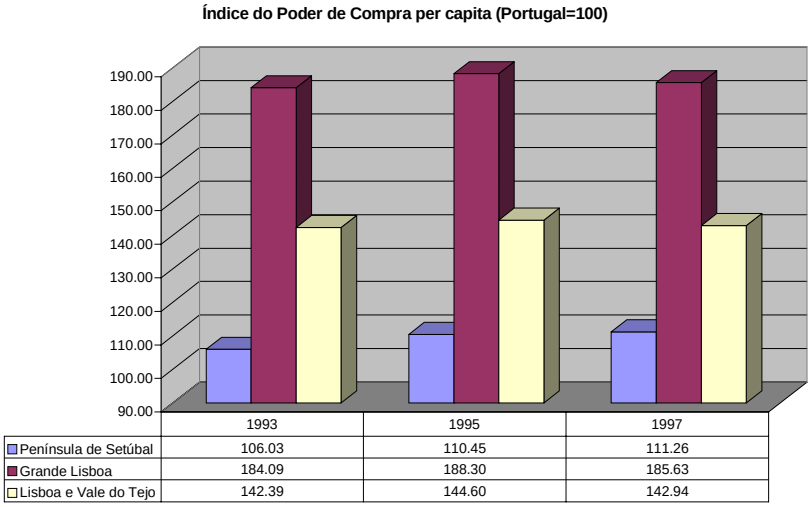
Fonte: DETEFP do MTS

Poder de Compra

O índice de poder de compra per capita do INE (considerando a base 100 para Portugal), e relativamente aos anos de 1993, 1995 e 1997, revela que o poder de

compra na PS tem vindo a aumentar continuamente (v. fig.II.15). De um índice de 106 em 1993, passou para 111 em 1997. Está no entanto cerca de 30 pontos percentuais abaixo dos verificados na RLVT, e a mais de 70 da região da Grande Lisboa.

Fig.II.15



Fonte: INE

2.4 Investimento, Exportações e Importações

Investimento

Não sendo possível obter uma estimativa do investimento total efectuado na PS, apresentam-se de seguida estimativas do investimento do sector público na Península, feito através do PIDDAC, bem como do investimento directo estrangeiro.

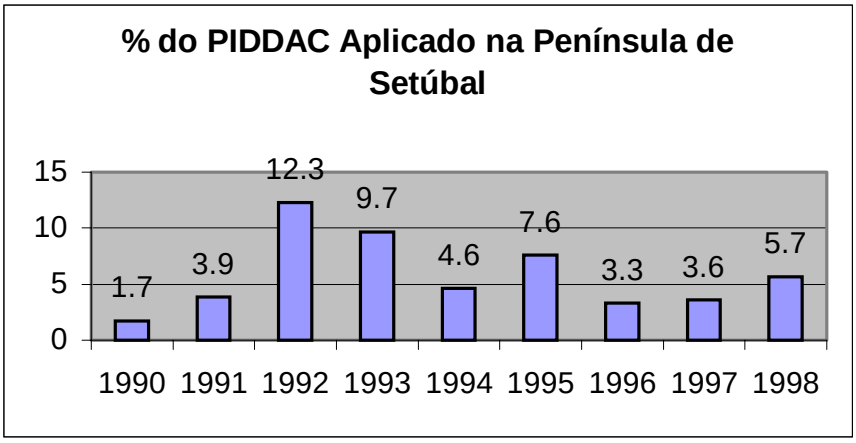
Quadro II.4 - PIDDAC Localizável por Distrito

	Península de Setúbal	PIDDAC Total (Localizável por distrito)	%
1990	2 530	149 558	1.7
1991	7 512	190 892	3.9
1992	26 571	216 739	12.3
1993	22 779	233 886	9.7
1994	13 715	295 065	4.6
1995	26 964	352 497	7.6
1996	14 002	418 716	3.3
1997	18 989	526 412	3.6
1998	38 541	677 979	5.7

Fonte: Regionalização do PIDDAC, DPP, 1990-1998

Constata-se que existe uma grande variabilidade do esforço de investimento da Administração Central na PS, que atinge um mínimo de 1.7% em 1990 e um máximo de 12.3% em 1992. De 1996 a 1998 assistiu-se a um aumento sustentado do investimento na PS, atingindo-se os 5.7% em 1998 (v. fig. II.16), que se aproxima da média verificada para todo o período (5.8%).

Fig. II.16



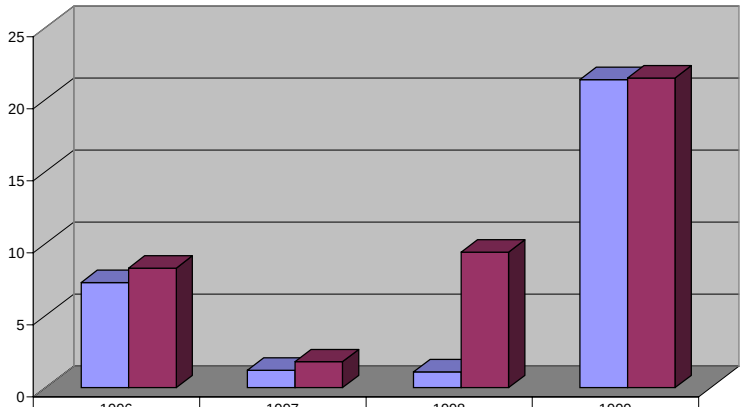
Quanto ao investimento directo estrangeiro[4] na PS, os dados disponíveis para o período 1996-99 mostram, por um lado a grande volatilidade desse investimento, e

[4] Os nossos agradecimentos ao ICEP, que autorizou a divulgação de dados confidenciais neste

por outro a grande dependência do investimento na Auto-Europa em Palmela[5] (ver a fig. II.17). Note-se que em 1999 o investimento na Auto-Europa representou mais de 1/5 do investimento estrangeiro total em Portugal.

Fig. II.17

% do Investimento Directo Estrangeiro Aplicado na Península de Setúbal



	1996	1997	1998	1999
Palmela	7.3	1.2	1.1	21.4
Península de Setúbal	8.3	1.8	9.4	21.5

Fonte: ICEP, dados provisórios

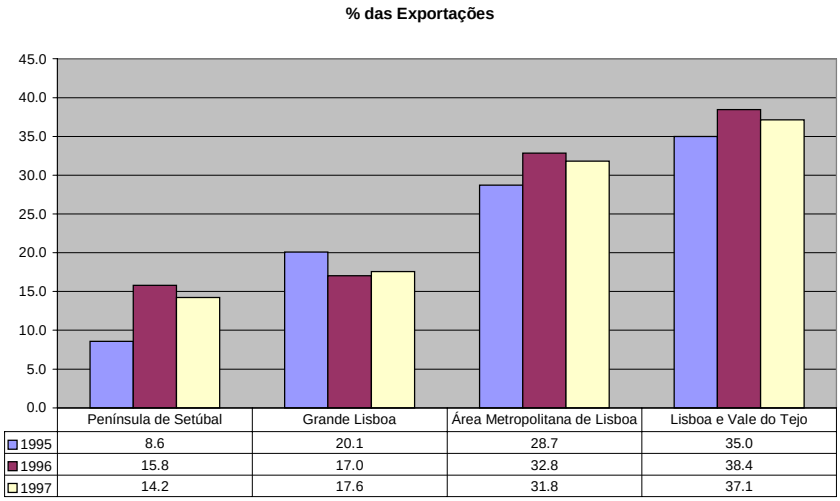
Exportações

Utilizando os dados para os anos de 1996 e 1997, onde a influência das exportações da Auto-Europa já se fazem sentir praticamente em pleno, constata-se que a PS exporta entre 14 a 16% do total das exportações portuguesas, e entre 16 a 18% das exportações portuguesas intracomunitárias. Estes valores representam cerca de 40% do total das exportações realizadas pela região de Lisboa e Vale do Tejo (ver figs. II.18 e II.19).

relatório, embora só em termos de percentagens em relação ao total de Portugal .

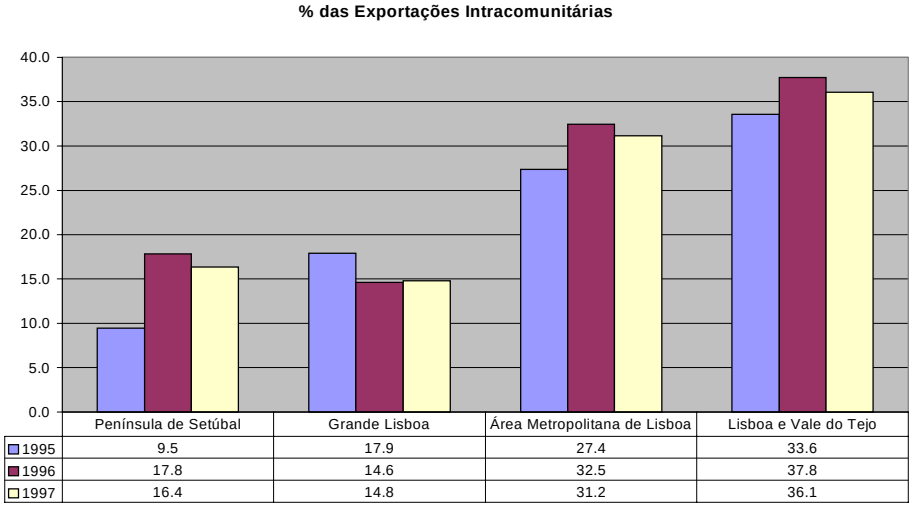
[5] Se exceptuarmos o ano de 1998.

Fig. II.18



Fonte: Anuários Estatísticos Regionais, INE

Fig. II.19



Fonte: Anuários Estatísticos Regionais, INE

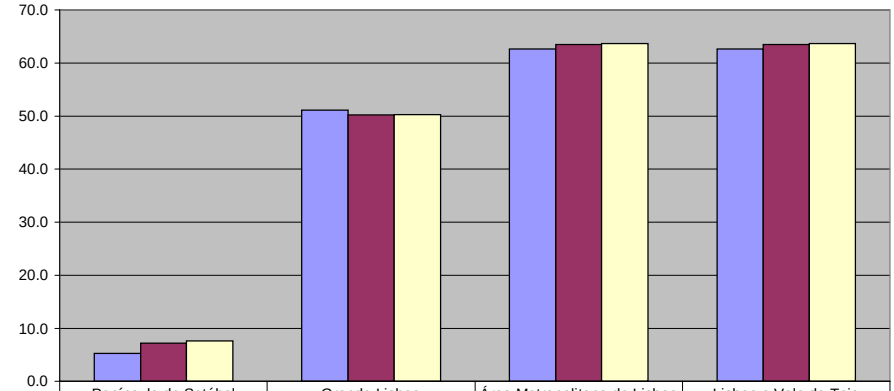
Importações

As importações realizadas pela PS representam uma parcela diminuta das importações nacionais quer totais quer intracomunitárias (entre 7 a 8%),

principalmente se comparada com a RLVT, que apresenta valores entre os 62 e os 64% (ver figs. II.20 e II.21).

Fig. II.20

% das Importações

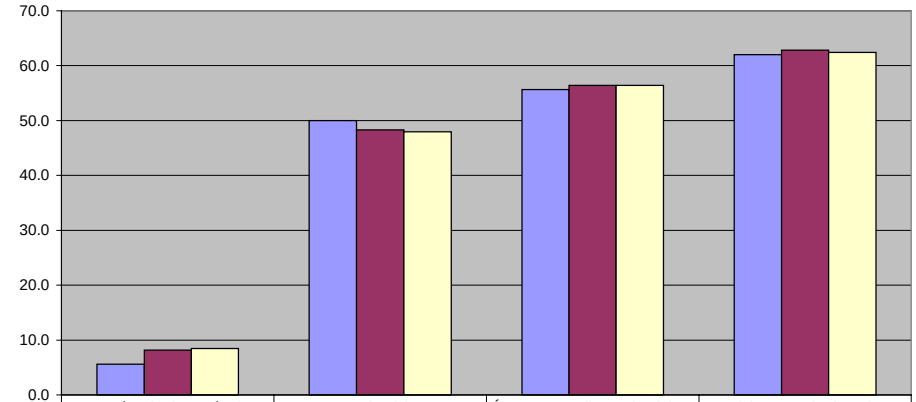


	Península de Setúbal	Grande Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo
1995	5.3	51.1	62.7	62.7
1996	7.2	50.2	63.5	63.5
1997	7.6	50.3	63.7	63.7

Fonte: Anuários Estatísticos Regionais, INE

Fig. II.21

% das Importações Intracomunitárias



	Península de Setúbal	Grande Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo
1995	5.6	50.0	55.6	62.0
1996	8.1	48.3	56.4	62.8
1997	8.4	48.0	56.4	62.4

Fonte: Anuários Estatísticos Regionais, INE

3. Conclusões

- A produção gerada na Península de Setúbal (PS) no período de 1988 a 1997 representou em média 5.7% da produção do Continente, 12.8% da produção de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), 15.2% da produção da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e 18% da produção da Grande Lisboa (GL)

- A estimativa para a população residente na PS era de cerca de 669 mil habitantes em 1998, ou seja, cerca de 7% da população residente no Continente, 20% da população residente na RLVT, 27% na AML, e 37% na Grande Lisboa.

- Existe uma grande volatilidade nas taxas de crescimento do PIB na PS em relação às outras regiões. As taxas de crescimento na PS variam de um mínimo de -3.1% (em 1993) a um máximo de 9.3% em 1995. Em relação ao Continente é de destacar que a partir de 1991, a PS só em 1995 apresentou taxas de crescimento superiores, e que nos dois últimos anos com dados disponíveis (1996 e 1997), as taxas de crescimento foram iguais.

- O PIB per capita é quase metade do da região da Grande Lisboa, e situa-se quase 20 pontos percentuais abaixo da média do Continente.

- Em relação ao emprego, estima-se que em 1997 estivessem 229 mil pessoas empregadas na PS, ou seja, 5.3% do emprego no Continente (14.4% do emprego na RLVT, 18.2% na AML e 22.2% na GL).

- Quanto à taxa de desemprego, ela é bastante superior na PS em relação às outras regiões (mais cerca de 4.3 pontos percentuais em relação ao Continente, e cerca de 3 pontos em relação à RLVT). Em média, a taxa de desemprego na PS situou-se nos 10.5% no período1988-97, com um mínimo de 8% em 1992, e um máximo de 12% em 1995.

- Quanto à produtividade, a PS apresenta sistematicamente valores superiores (em média 10 pontos percentuais) aos do Continente, e sistematicamente valores inferiores (também em média 12 pontos percentuais) aos da RLVT, embora em relação a esta última, e nos últimos anos do período, essa diferença se tenha reduzido para 8 pontos percentuais.

- Dado não haver dados para a taxa de inflação na Península de Setúbal, esta foi aproximada pela taxa de inflação observada na região de Lisboa e Vale do Tejo. Na globalidade do período, há alguma tendência para a taxa de inflação na RLVT ser mais elevada do que no Continente, mas os anos mais recentes põem em causa esta conclusão. Por exemplo em 1999, à semelhança do que já tinha acontecido em 1996, a taxa de inflação no Continente foi mesmo superior à verificada na RLVT. De qualquer modo, com taxas de inflação da ordem dos 2%, não é de esperar grandes desvios entre regiões.

- A taxa de actividade na PS mantém-se consistentemente abaixo das verificadas nas outras regiões, e em 1997 situava-se quase 11 pontos percentuais abaixo da verificada no Continente, e 13.5 pontos abaixo da observada na RLVT.

- Embora os números possam divergir segundo a fonte, é robusta a conclusão de que os ganhos médios mensais são maiores na PS do que no Continente, embora significativamente inferiores à média verificada na RLVT.

- O índice de poder de compra per capita do INE (considerando a base 100 para Portugal), e relativamente aos anos de 1993, 1995 e 1997, revela que o poder de compra na PS tem vindo a aumentar continuamente. De um índice de 106 em 1993, passou para 111 em 1997. Está no entanto cerca de

30 pontos percentuais abaixo dos verificados na RLVT, e a mais de 70 da região da Grande Lisboa.

- Constata-se que existe uma grande variabilidade do esforço de investimento da Administração Central na PS, que atinge um mínimo de 1.7% em relação ao total do PIDDAC em 1990, e um máximo de 12.3% em 1992. De 1996 a 1998 assistiu-se a um aumento sustentado do investimento na PS, atingindo-se os 5.7% em 1998, que se aproxima da média verificada para todo o período (5.8%).

- Quanto ao investimento directo estrangeiro na PS, os dados disponíveis para o período 1996-99 mostram, por um lado a grande volatilidade desse investimento, e por outro a grande dependência do investimento na Auto-Europa em Palmela. Em 1999 o investimento na Auto-Europa representou mais de 1/5 do investimento estrangeiro total em Portugal.

- A PS exporta entre 14 a 16% do total das exportações portuguesas, e entre 16 a 18% das exportações portuguesas intracomunitárias. Estes valores representam cerca de 40% do total das exportações realizadas pela região de Lisboa e Vale do Tejo.

- As importações realizadas pela PS representam uma parcela diminuta das importações nacionais (entre 7 a 8%), principalmente se comparada com a RLVT, que apresenta valores entre os 62 e os 64%.

Em jeito de resumo e de conclusão geral deste capítulo, pode ser afirmado que a Península de Setúbal é uma região com fortes possibilidades de crescimento, já que é uma zona de atracção populacional; possui uma mão-de-obra relativamente abundante e com uma taxa de actividade ainda baixa em relação ao resto do País; a sua produtividade, os ganhos e o poder de compra, embora superiores aos do Continente têm ainda uma grande margem de progressão para se aproximarem dos

valores obtidos na região mais vasta em que se integra – a região de Lisboa e Vale do Tejo; é um pólo de atracção do investimento estrangeiro e é uma região exportadora. Como principais debilidades apresenta taxas de desemprego elevadas, baixo produto *per capita*, uma economia ainda bastante vulnerável às recessões e com insuficiente capacidade de desenvolvimento endógeno.